

## **A HISTÓRIA EM SUA INTEGRIDADE, O CENTRO DE PENSAMENTO ANTIGO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

It's all now you see. Yesterday won't be over  
until to morrow and tomorrow began ten thousand years ago.

Tudo está no presente, entenda isso. Ontem  
só acabará amanhã e amanhã começou há dez mil anos.

(tradução de Pedro Paulo A. Funari)

William Faulkner (1897-1962), *Intruder in the dust*. (O intruso, 1948)

### **Pedro Paulo A. Funari**

O Centro de Pensamento Antigo (IFCH/IEL/Unicamp) tem se dedicado, desde a década de 1990, ao estudo e à reflexão interdisciplinar sobre a Antiguidade e sua posteridade. Congregam-se filósofos, historiadores, latinistas, helenistas, arqueólogos, antropólogos, entre outros, que participam de colóquios e desta Revista ligada ao Centro, publicada também há tempo. Este número da Revista dá-se em meio à discussão de uma proposta de Base Nacional Comum Curricular. Houve preocupação de muitos, quanto

à ausência de referências culturais para além do estado nacional e, por isso, este número da Revista começa com uma ponderação sobre o tema e procura mostrar como esta edição contempla essa preocupação com um conhecimento universalista e crítico, não restrito ao estado nacional.

O ensino da História, tanto para a formação do professor, como, ainda mais, do cidadão, deve visar ao conhecimento crítico do presente, para poder contribuir para um futuro melhor. Por isso, a profundidade temporal e espacial deve ser a mais ampla e abrangente. Não se pode entender o ser humano sem conhecer os hominídeos, cuja antiguidade ultrapassa, em muito, os dez mil anos de William Faulkner. Isto já o ressaltava Darwin, em meados do século XIX e, mais ainda, os estudos recentes nas áreas mais variadas, da Biologia à Arqueologia. Tampouco convém limitar a abrangência geográfica, pois desde os hominídeos e, mais ainda, nos últimos milhares de anos, houve conexão constante entre as áreas mais afastadas do globo. Portanto, uma História focada na nação, embora possa ser bem intencionada, nunca poderá possuir a devida conexão no tempo e no espaço. Os países que o têm feito, como no caso notável dos Estados Unidos da América, têm produzido um fosso profundo entre uma população que desconhece a História e a Geografia do mundo e uma elite que, esta sim, produz conhecimento profundo e bem fundamentado dos mais variados aspectos do passado, nas diversas partes do mundo. Um currículo escolar baseado nesse modelo tenderá a aprofundar o fosso entre as pessoas comuns, desconhecedoras do mundo, e os poucos que terão sempre acesso ao conhecimento universal e que estarão destinados à devida inserção no mundo.

Trata-se, ainda, do imperativo ético do fornecimento de um repertório cultural que não deve ser apanágio de poucos, se estivermos preocupados

com a igualdade de acesso ao conhecimento e às oportunidades. A História universal, assim, está no centro do ensino primário e secundário em países com as menores disparidades sociais, como a França, a Alemanha, ou a Suécia, pelo princípio de permitir a todos conhecer o passado, próximo ou distante, para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades. O repertório é cultural e se refere tanto àquilo que é mais recorrente em uma tradição, quanto ao que lhe é estranho. Assim, na China e na Índia, há estudo de obras com milhares de anos, algumas de caráter religioso, mas que constituem fundamentos dessas civilizações. Este é o caso de Confúcio na China, mas também as obras budistas, oriundas de outra civilização, a indiana. Não se trata, pois, de história do estado nacional. Ao contrário, o conhecimento das tradições, do repertório, é a única maneira de produzir um conhecimento crítico, não servil, sobre os usos do passado.

A sociedade brasileira tem sido caracterizada, em termos seculares, pela desigualdade. Um currículo centrado no estado nacional tenderá a aprofundar o fosso entre os poucos que conhecem o mundo para além do local e a maioria que terá ainda menos recursos cognitivos para lutar para diminuir as desigualdades. Isto foi reconhecido pelos educadores brasileiros e políticas de estado foram implementadas para o desenvolvimento de conhecimento de primeira mão sobre o passado, em geral, e, em particular aquele relativo ao repertório cultural da tradição. Assim, a Capes tem apoiado pesquisas no Brasil e no estrangeiro sobre a Antiguidade, a Idade Média, mas também sobre os povos ameríndios, como os maias e os incas, sobre a África, do Egito antigo às civilizações subsaarianas anteriores e posteriores ao islamismo. Portanto, tem-se incentivado o estudo das culturas da tradição brasileira (América, Mediterrâneo, África), mas também as outras e diferentes,

que tanto nos ensinam por isso mesmo, pelo inventário das diferenças. O próprio programa Ciência sem Fronteira também se insere nessa perspectiva de inserção no mundo.

Por tudo isso, um currículo centrado no estado nacional tenderá a aprofundar as desigualdades sociais e a distanciar o país do objetivo compartilhado de inserção no mundo contemporâneo. Enquanto na China milhões de pessoas, mais do que em qualquer outro país do mundo, estudam e tocam Mozart, voltar as costas ao repertório só poderá ter efeitos deletérios para a grande maioria das pessoas. Ainda na mesma China, Heráclito e Lao Tse são estudados, pois sem eles não haveria Mao. Os chineses, preocupados com a igualdade de oportunidade de conhecimento, não abandonam um conhecimento universal, até mesmo por saberem dos efeitos iníquos de uma formação centrada no estado nacional.

Isto tudo está a indicar que um currículo de História deveria incorporar maior profundidade temporal e espacial. Ao lado do repertório tradicional que permite um conhecimento crítico da nossa sociedade – Antiguidade, Idade Média, Modernidade, Contemporaneidade – deve não restringir-se ao estado nacional, mas ampliar para incluir os hominídeos e a Pré-História humana, as antigas civilizações asiáticas, mas também aspectos essenciais, mas pouco conhecidos de outros períodos históricos, como as civilizações islâmicas. Portanto, um currículo que almeje formar cidadãos bem informados não pode prescindir de um referencia universal que extrapole o estado nacional. Não se trata, em um parecer curto, de entrar em detalhes sobre o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular, mas, na essência, as páginas dedicadas à História abandonam o objetivo de formar cidadãos com um conhecimento universal e, de forma tácita, consagram uma formação superficial para a imensa maioria, deixando aos poucos a oportunidade de um conhecimento

de significado integrado ao mundo. Apenas a inclusão de uma perspectiva universal, que dê conta do repertório da tradição e inclua um inventário de diversidades, poderá resultar em uma educação menos excludente. Tal como está, contraria as políticas de estado de inclusão social e de inserção mundial, praticadas há tempo, e aprofundará as desigualdades. Sua reformulação deve, portanto, incluir, de forma explícita e detalhada, os conteúdos essenciais do repertório universal, dentre os quais, em particular: A antiguidade oriental e o surgimento das antigas civilizações letradas (Egito, Mesopotâmia, Vale do Indo, Vale do Rio Amarelo); as civilizações Mediterrâneas antigas (Fenícios, Hebreus e outros povos semitas antigos; persas, gregos e romanos); A antiguidade tardia Ocidental e Oriental (desintegração do império romano no Ocidente, reinos germânicos no Ocidente, Bizâncio, crescimento do Islã e sua expansão); a Idade Média (alta e baixa Idade Média no Ocidente, Império Bizantino, Islã e expansão turca; a rota da Seda); o declínio da Idade Média, o renascimento e a emergência da modernidade, das nacionalidades e a expansão europeia a ocidente (Portugal, Espanha) e a oriente (Rússia); A modernidade, os conflitos religiosos na Europa e o pensamento político e científico; O iluminismo, o nacionalismo, as revoluções burguesas e os germes do imperialismo; a revolução industrial, o imperialismo e a conquista do mundo pelo capital; o conflito imperialista, as guerras imperialistas (século XIX e primeira e segunda guerra mundiais); o mundo da guerra fria (1947-1989) no cenário mundial; o mundo multipolar (1989 em diante). Estes temas todos são essenciais, ainda que não seja uma lista exaustiva, para que um jovem brasileiro possa entender aspectos essenciais da sociedade brasileira, como os referências judaico-cristãos e clássicos, suas releituras e reelaborações posteriores, assim como a conexão em acontecimentos locais e o que se passava no mundo. Um único exemplo bastará: não se

pode explicar a ditadura militar (1964-1985) sem referência à Guerra Fria. Além disso, pelo princípio da diferença, será importante constar do currículo aquilo que é diverso, mas que, hoje, no século XXI, está em relação, como: a história e cultura chinesa, tanto por seu valor em si, como pelo papel da China hoje; o mesmo vale para a Índia, com sua imensa riqueza histórica e cultural, mitológica e ritual; assim, também, as civilizações ameríndias e africanas pré-históricas, pois estão na gênese de parte significativa das concepções de mundo e cultura no Brasil e são pouco conhecidas. O mais importante, deve ressaltar-se, é que tais conteúdos devem estar explicitados e detalhados em um currículo, como é o caso em outros países que se preocupam com a inclusão social, de modo que esse conhecimento universal não fique restrito a poucos.

Este volume da Revista mostra bem a relevância do repertório, ao incluir reflexões sobre Nietzsche, o conceito de verdade (*aletheia*), Hegel, idealismo e metafísica em Platão, os usos do passado, Tito Lívio, Augusto e a construção da memória, relações de gênero, numismática, relações de poder, Agostinho de Hipona e Arqueologia Clássica, entre outros temas. Apenas um conhecimento de primeira mão do passado permite entender o presente e forjar um futuro mais justo. Isto já estava nas palavras de Sócrates, reportadas por Platão na Apologia (Plat. Apol. 38<sup>a</sup>), ὁ δὲ ἀνεξέταστος βίος οὐ βιωτὸς ἀνθρώπων, “a vida sem reflexão não vale a pena”.